

O USO DA NOÇÃO DE MITO EM SOCIOLOGIA: ANALISANDO OS DISCURSOS SOBRE BRASÍLIA

A noção de mito tem sido sempre associada ao estudo das religiões (Eliade, 1987), à história das sociedades ditas arcaicas (Eliade, 1957), à história das civilizações antigas (Hamilton, 1978; Vernant, 1974; Grimal, 1983), à literatura (Dumézil, 1987), à antropologia (Lévi-Strauss, 1958, 1963) e, de fato, menos à sociologia e à compreensão dos fenômenos sociais típicos das sociedades modernas. A segunda metade do século XX viu, contudo, a noção de mito ultrapassar definitivamente seus domínios clássicos e abordar novos e contemporâneos fenômenos como a política (Girardet, 1986), as cenas da vida cotidiana (Barthes, 1957) ou temas históricos (Todorov, 1982), entre outros. Essa perspectiva foi apontada por Eliade (1963: 11) e também por Lévi-Strauss (1964, 1967, 1968), abrindo um novo campo para a utilização da noção.

Mas, de que mito se fala? Como se define? A palavra mito, em grego, *muthos*, quer dizer recito ou narrativa. Malgrado as múltiplas acepções e usos nas mais diversas culturas e países, este sentido original tem sido mantido. Assim, todo mito é uma narrativa, oral ou escrita, mas sempre narrativa. Como toda narrativa, o mito "conta" uma estória, descreve fatos e apresenta personagens em uma trama provida de sentido. A semelhança dos mitos com as narrativas literárias (ficcionais) é evidente. O que diferenciaria então uma "narrativa mítica" de outra literária, um

MÁRCIO DE OLIVEIRA*

RESUMO

O artigo toma como referência a noção de mito como porta entreaberta para compreender os sentimentos humanos em coletividade. Considera que o projeto de transferência da capital e a cidade de Brasília foram, para JK, versões do mito da nação. Mito partilhado por outros que, mesmo nos nossos dias, continuam a representar Brasília com base nas questões de interiorização, de desenvolvimento, de soberania, e brasilidade. Brasília sintetiza a chegada de uma nova era, sendo também a ilusão de um mundo melhor, à imagem de todas as utopias que fizeram o Novo Mundo.

ABSTRACT

The article referred to the notion of myth as a path to comprehend human sentiments in collectivity. It contended that to Juscelino Kubistchek, the construction of Brasilia and its transformation into a capital, was a version of the national myth. Such a myth, shared by others, continues to be portrayed as a reference to interiorization issues, development, sovereignty and brasilieness. Brasilia synthesized the dawn of a new era by being a perception of a better world, an image of all utopias that invented the New World.

* Doutor em Sociologia e professor do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná.

conto, por exemplo? A perspectiva através da qual se situam o mito e a crença no que está sendo "contado":

Há mais de meio século, os especialistas ocidentais situaram o estudo do mito numa perspectiva que contrastava sensivelmente com a do século XIX. Em vez de, como seus antecessores, tratarem o mito na acepção usual do termo, ou seja, enquanto 'fábula' 'invenção', 'ficção', aceitaram-no tal como ele era entendido nas sociedades arcaicas, nas quais, pelo contrário, o mito designa uma 'história verdadeira' e, sobretudo, altamente preciosa, porque sagrada, exemplar e significativa (Eliade, 1986: 9).

Essa "história verdadeira" diferencia claramente um mito de um conto: no primeiro acredita-se, no segundo, não. É apenas uma ficção. Aproximamo-nos, assim, do sentido

pelo qual as ciências sociais, em geral e a etnologia, em particular, passaram a considerar o mito: "(...) ele fornece modelos para o comportamento e, por isso mesmo, confere significado e valor para a existência humana" (Eliade, 1986: 10).

Avançando nessa mesma direção, Lévi-Strauss (1958: 232) afirmou que o essencial do mito é "a história que aí está contada". Não uma história qualquer, mas uma história que é percebida como "mito por todo leitor no mundo inteiro" porque seu sentido permanece, "a despeito da pior tradução". Partindo desta hipótese, o antropólogo francês procurou en-

contrar as razões para a permanência do sentido no interior da narrativa mítica. Chegou à conclusão que o mito “é formado de unidades constitutivas” e que são elas que têm seu sentido guardado. Denominando tais unidades de “mitemas”, Lévi-Strauss (1958) elaborou um método de isolá-las. Afirmou que as mesmas não poderiam ser compreendidas isoladamente, mas que, ao contrário, o pesquisador deveria buscar as “relações entre elas”, ou melhor, buscar os “pacotes de relações, e que é somente sob forma de combinações de tais pacotes que as unidades constitutivas adquirem uma função significante” (Lévi-Strauss, 1958: 234).

A descoberta de Lévi-Strauss não tardou a inspirar seguidores. O filósofo e antropólogo, também francês, Gilbert Durand (1960) foi um deles. Partindo da mesma hipótese sobre a importância dos pacotes de relações entre os mitemas na busca do significado de um mito e, se valendo de um certo “estruturalismo”, propôs “o caráter mítico da história”. Em seguida, empregou a noção de mito para analisar a trajetória da história européia, das artes e da cultura. Seu polêmico postulado foi simples:

(...) é o mito quem, de certa forma, distribui os papéis da história, e permite decidir o que ‘faz’ o momento histórico, a alma de uma época, de um século, de uma idade da vida. O mito é o módulo da história, não o inverso (Durand, 1979: 31).

Através do resgate da noção de “longa duração” desenvolvida por Fernand Braudel¹, Durand (1996: 77) indicava a necessidade de se ultrapassar a sociologia das pesquisas de opinião, dos instantâneos para ir “(...) além das modas vestimentárias ou eleitorais para chegar a uma sociologia que, ela também, trabalhe na urgrund² do imaginário e dos mitos”. Ultrapassar os instantâneos, procurar sentidos perenes. É exatamente este partido que se assume aqui, através do exame dos discursos e análises pronunciados sobre a cidade de Brasília durante o processo mesmo de sua construção e da transferência da capital.

A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA: A PRESENÇA DE UMA NARRATIVA MÍTICA

Quando o governo JK lançou seu projeto, a idéia de transferir a capital para uma cidade a ser construída causou um grande e negativo impacto. Israel Pinheiro – presidente da Companhia de Urbanização da Nova Capital (NOVACAP) e verdadeiro “patrão” do canteiro de obras durante todo o período da construção – afirma que três perguntas foram incansavelmente repetidas, no momento inicial e durante os trabalhos de construção: Por que mudar a capital tão precipitadamente? Brasília era responsável pela inflação? Brasília estaria pronta no dia da inauguração? No dizer de muitos, era mesmo um absurdo, um capricho ou simplesmente um projeto fadado ao fracasso. Tanto na sociedade quanto no Parlamento, e isto durante todo o período da construção, tantos foram os que trabalharam contra Brasília, utilizando argumentos de peso tais como a corrupção e o personalismo (Carlos Lacerda), o custo e a inflação (Eugênio Gudín), a inoportunidade e a impossibilidade técnica (Gustavo Corção), entre outros, que até hoje paira um certo mistério sobre as razões do sucesso de JK. De fato, o esperado era que a transferência fosse esquecida ou que ela fosse julgada, como o foi, uma “solução” onerosa e vaidosa. Que uma vez as obras iniciadas, as dificuldades e as oposições levassem a melhor e que as poucas obras concluídas se transformassem em ruínas ou, na melhor das hipóteses, numa cidade universitária, como disseram alguns à época.

Ciente das inúmeras dificuldades, durante o período de edificação da cidade, o governo JK foi apresentando Brasília como um fato destinado a marcar definitivamente a história do Brasil – pois, afinal, tratava-se de construir uma cidade que deveria se tornar a nova e definitiva capital do Brasil. Brasília foi apresentada, também, como a consequência direta de uma análise que compreendia o Brasil de então como uma nação ainda em formação, pois subdesenvolvida, apenas localmente industrializada, não tendo efetivamente conquistado seu grande território, e desprovida de um projeto nacional. Para

o governo JK, portanto, Brasília passou a ser a maneira mais rápida e eficaz de desenvolver o interior, de modernizar e integrar o país; enfim, de corrigir e reordenar o curso de nossa história, num processo logo intitulado “a construção de um novo Brasil”.

Contudo, seria verdadeiro dizer que o Brasil desta primeira metade dos anos 50 era uma nação assim tão subdesenvolvida, tão inexistente, a ponto de ser possível ao governo falar na construção de um “novo Brasil”? Imaginando que assim o fosse, não haveria outras maneiras de desenvolver o país? O destino daquele Brasil estava realmente ligado à transferência da sede do poder da República? Teria sido realmente necessário construir toda uma cidade para transferir a capital? Não teria sido mais sensato, econômico e politicamente mais viável aproveitar alguma cidade já existente?

A hipótese geral deste artigo é: os argumentos mudancistas desenvolvidos pelo governo JK foram paulatinamente conquistando apoio popular, intelectual, econômico, político e militar, durante o período que vai do início da construção até a inauguração, porque reverberaram positivamente na imagem geral que se tinha do Brasil de então. Um país descontínuo, sem ligações terrestres; uma nação falsamente agrária, pois adormecida no arcaísmo de suas tradições rurais; uma nação pouco industrializada, e cuja população concentrava-se nas regiões litorâneas, enquanto os sertões – tão brasileiros e fundamentais aos olhos de Euclides da Cunha e de tantos outros – permaneciam isolados e parcamente conhecidos. Devia-se concluir, assim, que a idéia de construir Brasília, de povoar e desenvolver a nação por inteiro – tal como paulatinamente apresentada pelo governo JK – não era mais que a resposta justa para uma análise meticolosa da realidade, e que a construção do “novo Brasil” não deveria ser considerada apenas mais um, entre tantos slogans de campanha, mas uma necessidade urgente e vital.

Contudo, em seguida a uma primeira abordagem de algumas das inúmeras análises sociopolíticas sobre a realidade nacional, produzidas a partir da segunda metade do século XIX, foi possível questionar

as razões aventadas pelo governo JK para a construção da nova Capital³. Sintomático foi observar que JK não havia sido o primeiro, nem tão pouco teria sido o único a desejar construir um “novo Brasil”. Ao contrário, dizer que o Brasil não era uma verdadeira nação, desejar e trabalhar para construí-la, eram idéias bastante correntes na trajetória do pensamento social e político brasileiro (Oliveira, 1994; Oliveira, 1997). Tratava-se de um tipo de análise que considerava o Brasil, visto sempre, de uma maneira geral, como uma nação em formação, sem povo, sem identidade, inacabada e/ou incompleta.

O desejo de construir a nação, surgido nesses contextos, parecia, assim, associar-se menos às estruturas da lógica científica que às estruturas das narrativas míticas. Construir o Brasil, fazer do país uma verdadeira nação parecia ser uma espécie de guia para a reflexão e para a ação; um ponto de partida e não o ato final da análise. Em outras palavras, a associação das idéias, nação sem identidade/incompleta / Brasil construído (moderno, integrado, industrializado), surgia não como a consequência de determinadas análises, mas como sua própria causa, desempenhando a função de um verdadeiro mito “modulador” da história brasileira, ou seja, de uma estrutura que sustenta simbolicamente uma determinada forma de pensar. A partir deste mito “modulador”, a inexistência da nação brasileira e o diagnóstico dos graves problemas nacionais se transformariam e seriam apresentados sempre como “dados” sobre os quais nada se podia opor. As diversas soluções ou as diversas propostas (e/ou projetos nacionais) para solucionar os problemas nacionais sendo distintos apenas por representarem os diversos grupos e contextos histórico-sociais, nos quais foram produzidas.

Com base nesta hipótese, a vontade de “construir o Brasil” manifestada pelo governo JK deve ser também considerada como a expressão deste mesmo mito. Um mito, ou seja, uma narrativa que agencia em seu interior símbolos perenes na sociedade brasileira. Tendo trabalhado teoricamente a noção de mito, alhures (Oliveira, 1993), denominamos essa

'narrativa mítica' de *Mito da nação*, ou seja, um mito que exprimiria o desejo de fazer do Brasil uma (verdadeira) nação; ou simplesmente um mito que exprime a *busca e/ou a construção da nação*. Este mito, em sua narrativa, estaria sempre agenciando simbolicamente o desejo de ser nação, apresentando-se sócio-historicamente decomposto em dois mitemas (Lévi-Strauss, 1958: 233-236). No primeiro desses mitemas, o "não-ser" da nação, seu caráter incompleto, sem identidade ou povo etc, momento no qual são apresentados os fatos históricos que teriam levado o Brasil (ou o povo brasileiro) a não formar sua nação. Já no segundo, o "ser uma nação a condição que...", onde eram apresentadas as condições (sempre atuais) graças às quais o Brasil (ou o povo brasileiro) lograria construir sua nação. Concluindo, tratava-se de uma narrativa indo do "não ser da nação" ao "ser uma nação a condição que...", formando, assim, os dois tempos da noção de Mito da nação.

Definido esse mito comum, passemos, agora, à sua procura no discurso daquele que sem dúvida alguma foi o grande artífice da construção, o ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976).

JK E A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA

Até o ano de 1999, existiam apenas trabalhos esparsos sobre a trajetória pessoal de JK (Barbosa, 1988). Além desses, existia apenas uma curta biografia, e, mesmo esta, baseada em depoimentos pessoais (Carneiro e Silva, 1983). Esta única biografia existente se explica quando inserida no bojo da *Coleção Presidentes do Brasil*. Não nos ensina muito mais do que é usualmente encontrado nas obras de sociólogos ou de historiadores que se debruçaram sobre o período, ficando mesmo aquém do depoimento que o próprio JK deixou de si e de seu governo (Oliveira, 1976). Contudo, em 2000, foi publicada em livro a dissertação de mestrado de Josanne Guerra Simões (2000). Em seguida, em 2001, quase cem anos após o nascimento de ex-presidente, foi publicada uma excelente biografia sobre JK (Bojunga, 2001), redimensionando o papel de sua trajetória de vida e sua atuação na presidência da República, ao mesmo

tempo que dissolvendo um certo mistério que ainda pairava sobre o ex-presidente, sobretudo se levarmos em conta as obscuras circunstâncias que envolveram o acidente automobilístico que ceifou sua vida, em 1976.

Os antecedentes da posse de JK como o 19º presidente do Brasil são conhecidos. Foram difíceis. Sua campanha fora contestada. Carlos Lacerda teria mesmo afirmado: "Se for candidato, não será eleito; se for eleito; não tomará posse; se tomar posse, não governará!". Por que um candidato assim intimado teria abraçado a espinhosa causa da transferência da capital?

A promessa de transferir a capital do Brasil da cidade do Rio de Janeiro para o planalto central surgiu, inusitadamente, durante o primeiro comício eleitoral da campanha presidencial, realizado no dia 4 de abril de 1955, na cidade de Jataí, interior do estado de Goiás. Neste, como nos outros comícios que seriam realizados, JK afirmara alto e forte que respeitaria a Constituição caso fosse eleito. Num momento de perturbação da ordem institucional, mais que uma frase de efeito, esta promessa soava mais como um compromisso democrático de candidato do que como uma plataforma de governo. Mas, num hábito que lhe marcaria o estilo, ao encerrar seus discursos, JK franqueou ao público o direito de intervir e fazer perguntas. Foi neste momento que surgiu a inesperada questão sobre a mudança da capital. Vejamos como o próprio JK (1976, tomo 2, p. 368), em suas memórias, relata este episódio:

Quando, ao terminar o discurso, indaguei se alguém desejava fazer-me alguma pergunta, um popular adiantou-se e me interpelou: "Já que o senhor se declara disposto a cumprir integralmente a Constituição, desejava saber se irá por em prática aquele dispositivo da Carta Magna, que determina a transferência da capital da República para o planalto goiano?"

A pergunta era, na realidade, embaraçosa. Desde que me candidatara

à presidência, havia organizado, com a cooperação de uma equipe de técnicos, um programa de Governo que, se eleito, iria realizar. Tratava-se do Plano de Metas, que englobava todos os setores das atividades do país. Em nenhuma das 30 metas, porém, havia qualquer referência à mudança da capital. Desde muito tempo, já me habituara a ver, no mapa do Brasil, aquele retângulo colorido, assinalando o local do futuro Distrito Federal. A idéia sempre me parecera utópica, irrealista. Entretanto, naquele comício de Jataí vi-me, de súbito, posto frente a frente com o desafio. O apanteante, sendo goiano, tinha interesse no problema. Além do mais, a mudança estava prevista na Constituição. Não hesitei um segundo e respondi com firmeza: "Acabo de prometer que cumprirei, na íntegra, a Constituição, e não vejo razão para ignorar este dispositivo. Durante o meu quinquênio, farei a mudança da sede e construirei a nova capital" (...) As 30 metas iniciais seriam mantidas, mas a elas havia sido acrescentada a da construção de Brasília, que eu iria denominar a Meta-Síntese.

Como uma idéia que ao próprio JK sempre parecera utópica, irrealista, o projeto nem ao menos figurava no 'Programa de Metas'. Tudo parecia indicar o acaso... Mas, como acreditar que o aparte num comício, fruto de uma necessidade eleitoral (ou eleitoral) muito circunstancial, fosse galvanizar tanto esforço e interesse de JK?

O argumento personalista em relação a Brasília não pode ser menosprezado. A obra, no dizer de muitos, era de JK. O crítico de arte Mário Pedrosa, escrevendo sobre Brasília à época de sua construção, afirmava que JK queria deixar seu nome gravado com Brasília (Pedrosa, 1981: 339). Pode-se pensar que JK queria deixar seu nome "gravado" não apenas como artífice político e/ou viabilizador da mudança

da capital, mas, sobretudo, como construtor da cidade, resgatando sua conhecida e já demonstrada vocação para as grandes obras. Niemeyer e Lúcio Costa são testemunhos da tenacidade e do espírito de empreendimento com o qual JK se dedicava ao estudo e ao acompanhamento da construção de Brasília. Enquanto o primeiro se lembra daquele personagem estudando cada detalhe dos projetos arquitetônicos, e sempre pronto a propor soluções e exemplos num clima de exaltação (Niemeyer, 1981), o segundo se lembra de JK referir-se a Brasília como um brinquedo que gostaria de ver montado e iluminado pouco mais de 3 anos depois do início da construção. Sodré (1978: 6), insistindo sobre o caráter "imperialista" do 'Programa de Metas', ressalta, porém, que a construção de Brasília era a meta de JK e não necessariamente de seu governo.

Couto (2001: 198-205) afirma que havia ainda um outro desejo político explícito em JK: afastar o poder central da cidade do Rio de Janeiro. JK, embora convictamente democrático, tinha horror de manifestações, em especial de manifestações estudantis. Transferir a capital para o distante planalto central seria, de fato, uma (ousada) forma de se distanciar da arena política que se tornara o Rio de Janeiro, desde o suicídio de Vargas. Couto (2001) afirma que, para JK, instalar a capital no Planalto Central seria, ainda, a forma de distanciar o poder dos mandarins da imprensa brasileira e das constantes acusações e intrigas políticas, próprias ao Rio de Janeiro. De fato, em muitos discursos, JK associou a imagem de Brasília àquela da democracia. Ou, ainda, referiu-se à imagem Brasília como a cidade da "nova democracia".

É possível, contudo, pensar que JK tenha se convencido da necessidade da transferência da capital e da construção de Brasília, exatamente por ela ter lhe parecido a forma de construir a nação inacabada, subdesenvolvida e falsamente agrícola que era o Brasil de então, fazendo eco à narrativa mítica construtora da nação. Em suas memórias, o próprio JK (Oliveira, 1974: 8-9) afirma:

(...)Havia visto o Brasil de cima - do bordo de um avião - e pude sentir o problema em todas as suas complexas implicações. Dois terços do território nacional ainda estavam virgens da presença humana. Eram os "vazios demográficos" de que falavam os sociólogos.

O grande desafio da nossa História estava ali: seria forçar-se o deslocamento do eixo do desenvolvimento nacional. Ao invés do litoral - que já havia alcançado certo nível de progresso - povoar-se o Planalto Central. O núcleo populacional, criado naquela longínqua região, espriaiar-se-ia como uma mancha de óleo, fazendo com que o interior abrisse os olhos para o futuro grandioso do país. Assim, o brasileiro poderia tomar posse do seu imenso território. E a mudança da capital seria o veículo. O instrumento. O fator que iria desencadear novo ciclo bandeirante.

As imagens utilizadas por JK eram sociologicamente defensáveis e miticamente coerentes. Longínqua região, desenvolvimento espriaiando-se como mancha de óleo; desafio de nossa História, instrumento do novo ciclo bandeirante, a posse do território (...). Todos os ingredientes estavam ali reunidos para resgatar os tempos da descoberta, da fundação do Brasil. O que impressiona, portanto - sobretudo quando se sabe que o desejo de transferir a capital do litoral para o interior era antigo, de mais de um século - é a atualidade das imagens de conquista e de fundação que lhe foram associadas. Trata-se de uma confluência das dimensões histórica e simbólica. Para JK, Brasília se tornaria o símbolo de um novo país. Sua realidade não se limitaria apenas a deslocar o eixo de desenvolvimento do país, mas deveria mudar toda a sua história. JK (Oliveira, 1974: 12-13), à época, incorporou essa simbologia, e mesmo em suas memórias continuou a acreditar que:

[...] o Brasil só se tornou adulto depois da construção de Brasília. Durante toda sua história - do descobrimento até o meu governo - vivemos, para aproveitar aqui uma observação de nosso primeiro historiador, Frei Vicente do Salvador, "arranhando a areia das praias, como caranguejos". O litoral foi, de fato, uma monovidência nacional. Vivia-se por ele. Agia-se em função dele. E o que ocorria em relação ao resto do Brasil?

A resposta é simples: o deserto sem fim [...] Em face dessa realidade cruel [o Brasil deveria] voltar as costas para o oceano e empenhar-se em tomar posse efetiva do seu território, de cuja existência só tinha conhecimento através dos mapas. [...] o Brasil deveria extinguir seus espaços vazios [...] fazer a aproximação dos núcleos populacionais pela abertura das estradas [...] atrair capitais externos [...] irrigar-se, através de uma intensa política de açudagem, a terra seca do Nordeste [...] e, por fim, mudar-se a sede das decisões governamentais, construindo-se a nova capital no centro geográfico do país.

A história do Brasil seria dividida em dois momentos: antes e depois de Brasília. A marcha para o interior era o fator capaz de reordenar o sentido da ocupação. Voltar-se-iam as costas ao litoral e a esta espécie de pré-história. Finalmente, a sociedade brasileira lograria fixar seu ponto de partida, seu mito das origens. Mas, se estas reflexões são *post facto*, o que dizer daquelas realizadas durante mesmo a construção de Brasília, ou seja, entre 1956 e 1960? Apresentamos, agora, a análise de alguns discursos de JK para cada ano em questão.

1956

Foi Ernesto Silva (ex-secretário da Comissão de Localização da Nova Capital, 1951-53, ex-presidente da Comissão de Planejamento da Construção

e da Mudança da Capital Federal, 1956, e futuro diretor da NOVACAP) que, com a ajuda de um mapa, explicou a JK, durante o trajeto de avião do Rio de Janeiro para o local, onde deveria ser construída a nova capital, todos os trabalhos que os governos anteriores já haviam realizado em prol da mudança (Silva, 1987: 73). Nesta sua primeira visita à região do planalto, pousando no aeroporto Vera Cruz, construído e batizado pelo Marechal Pessoa, ele assim explicou o significado de Brasília:

É um ideal histórico: o dos bandeirantes dos séculos XVII e XVIII. Brasília significa uma revolução política e uma revolução econômica. Estamos erguendo-a com aquele espírito de pioneiros antigos dos homens que desbravaram os sertões modernos em nossas almas ansiosas por fundar uma civilização no coração do Brasil [...] Politicamente, Brasília significa a instalação do Governo Federal no coração da nacionalidade⁴.

Ideal histórico dos bandeirantes: fundar uma civilização no coração do Brasil, no coração da nacionalidade; revolução político-econômica: as grandes imagens kubitschekianas sobre Brasília estavam criadas. A partir desse momento, e a cada oportunidade que se apresentava, estas mesmas imagens de conquista e de criação da civilização brotariam, quase que espontaneamente, dos discursos de JK. À medida que a cidade ia sendo realmente construída, aquelas imagens soariam cada vez mais naturais, como se o imaginário nacional fosse, pouco a pouco, se acostumando com o resgate dos grandes mitos da descoberta e da fundação do Brasil.

As imagens do centro, do coração associadas àquelas de fundação e de civilização revelam a relação entre o sentido simbólico do interno, do verdadeiro (em oposição às falsidades externas ou aparentes) e o sentido histórico do progresso e da revolução (a chegada da civilização em oposição ao vazio demográfico e selvagem goiano), com o mito das grandes epopéias e dos grandes embates, onde

o herói civilizado vence o selvagem bárbaro. Pode-se aqui fazer a relação entre a passagem de JK e o mito de Prometeu. Assim como aquele em sua luta incansável contra Zeus, o prometeu kubitschekiano lutaria contra a selvajaria e contra a incivilidade. Aos mortais brasileiros dos sertões, JK prometia a luz da redenção econômica. As imagens kubitschekianas resgatavam também o mito das origens da civilização brasileira, quando o colonizador civilizado teria vencido a natureza e as populações indígenas selvagens.

À diferença das interpretações que vinculam a construção de Brasília apenas aos ideais industriais (Lopes, 1996), é possível associar essas imagens do interior e do centro aos interesses dos produtores rurais do interior e à “Marcha para Oeste”, de inspiração de goianos e de Cassiano Ricardo⁵, e também às imagens simbólicas da intimidade, do verdadeiro e da essência.

1957

No dia 3 de maio de 1957, o governo JK ordena a celebração da primeira missa católica, no sítio da nova capital. Segundo dados oficiais, 15.000 pessoas teriam se dirigido a Brasília para participar desse evento. Para officiar a missa, foi convidado o arcebispo de São Paulo, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota. O mito esteve à altura do acontecimento. JK não perderia a ocasião para declarar a estreita ligação de Brasília com o cristianismo:

(...) Hoje é o dia de Santa Cruz, dia em que a capital recém-nascida recebe o seu batismo cristão; [...] Este é o dia do batismo do Brasil novo. É o dia da esperança, o dia da Ressurreição da Esperança. É o dia da cidade que nasce. Plantamos, com o Sacrifício da Santa Missa, uma semente espiritual neste sítio, que é o coração da pátria⁶.

A substituição dos termos tradicionais do mito da fundação por aqueles do universo vocabular tipicamente católico não surpreende: dia de Santa Cruz,

dia do batismo do Brasil novo, dia da Ressurreição da Esperança, da cidade que nasce. As referências simbólicas e o paralelo buscado entre essa missa e a primeira missa realizada em terras brasileiras – missa que o imaginário pátrio registrou como sendo o ato da fundação do Brasil – são evidentes. JK tinha, inclusive, convidado alguns índios para participarem da cerimônia. Tal como ocorrera quando da **primeira missa**, a civilização kubitschekiana continuava alcançando e salvando pelo batismo os “selvagens”.

Quando foi sancionada a Lei 3.273/57 – lei que autorizou a mudança da capital – JK declarou:

Este ato representa o passo mais viril, mais enérgico, que a nação dá após a sua independência política, para o própria afirmação, como povo que tomou a seus ombros uma das mais extraordinárias tarefas que a história contemporânea viu atribuir-se a uma coletividade: a de povoar e civilizar as terras que conquistou, vastas como um continente; [...] Sendo este ato ao mesmo tempo o maior e o mais severo compromisso que o Brasil toma consigo mesmo (...)?

O tom é grandiloquente como de costume. Os verbos povoar e civilizar, se somam à imagem do *passo mais viril* após a independência do país. A inauguração de Brasília é a própria imagem de um segundo nascimento. Depois de Brasília, 3 datas poderiam resumir a história do Brasil: 22 de abril de 1500, 7 de setembro de 1822 e 21 de abril de 1960. Com Brasília, a nação não estaria somente construída, mas sua história conhecida e apreendida. Doravante, o Brasil teria uma história, uma trajetória e um destino: Brasília. O imaginário do “progressismo” cíclico – ou seja, aquele que retorna às origens para revigorar, e alcança o presente para reorientar o movimento da história – se encaixa perfeitamente no discurso de JK.

1958

O ano de 1958 inicia-se com a inauguração de uma ponte sobre o “Rio das Garças”, na rodovia Brasília-Anápolis. Esta primeira inauguração seria bem aproveitada por JK que, inclusive, retomaria aqui um de seus hábitos mais bem explorados: inaugurar partes de uma obra para dar publicidade à construção da cidade. Por se tratar de uma ponte, importante elemento de ligação da rodovia estrategicamente mais importante para o governo, seu discurso realçou os seguintes elementos simbólicos:

O ideal da mudança da Capital para o centro geográfico do território brasileiro não teve senão esse motor inicial: aproximar os brasileiros, distribuir fontes de riqueza, criar no País um sistema em que as condições, o acesso ao trabalho, à produção e ao bem estar deixassem de conhecer [...] disparidades e os paradoxos infelizmente ainda comuns existente em nosso território. [...] A ponte de concreto armado que hoje vos entrega o Governo é [...] símbolo de uma era de ressurgimento e de renovação⁸.

As imagens do centro foram empregadas nesta oportunidade para reforçar o sentido da ligação, da aproximação de todos os brasileiros, da melhor distribuição das riquezas. Cabe assinalar, também, a transformação de uma ponte em um *símbolo de uma era de ressurgimento e de renovação*, o que reforçava o caráter mítico que o governo JK emprestaria a qualquer obra inaugurada por seu governo durante os anos da construção. Tem-se, aqui, um claro exemplo do aspecto mítico de Brasília, ou seja, sua capacidade de servir de referência às origens (mitologia da fundação), fazendo despertar no imaginário nacional os cenários da descoberta.

Vejamos, agora, como o sentido mítico de Brasília repercutia no imaginário nacional, fazendo com que outras realizações – como, por exemplo, o lançamento do primeiro reator atômico brasileiro, obra que nada tinha a ver com a nova capital – pudessem ser utilizadas para explicar a nova Capital:

(...) Brasília será a integração de mais de 6 milhões de quilômetros na comunhão brasileira [...] O esforço que Brasília representa é exatamente o de integrar, na comunhão brasileira, brasileiros e territórios que nada influem no progresso e na riqueza deste país⁹.

O tom dos discursos presidenciais é mesmo monótono. JK parecia ter um quadro pronto (uma espécie de formulário eletrônico), no qual bastaria preencher espaços em branco para que o novo discurso se adaptasse à nova circunstância. Repetimos aqui: esta é a condição básica da narrativa mítica; ou seja, sua capacidade de compreender o novo utilizando a lógica e os argumentos do já instituído. Dito de outra maneira, o empréstimo da narrativa mítica de uma para outra circunstância ou para outro contexto sócio-histórico não consegue alterar seu sentido central. Lévi-Strauss (1958) afirma que a narrativa mítica faz tender a zero os problemas de tradução. Foi curiosamente isto que JK percebeu instintivamente quando, por ocasião do segundo aniversário de seu governo, falando ao seu próprio ministério, declarou:

Quando assumi o Governo, a criação de uma nova capital no centro do País pervagava do domínio dos mitos. Durante décadas, a única solução dada ao problema fora meramente cartográfica: nos mapas do País desenhava-se um retângulo de cor assinalando a localização do futuro Distrito Federal. [...] Brasília é uma realidade. Não preciso insistir em que a transplantação da Capital para o seu sítio próprio é o marco de uma nova era¹⁰.

A criação de uma nova capital pervagava no domínio dos mitos. JK não poderia ter escolhido fórmula melhor. Embora utilizando a palavra mito em sua acepção vulgar, ou seja, como fantasia irrealizável, JK fazia eco à função mítica de sua obra,

ou seja, à função de guia ou de modelo. Havia um mito Brasília, um mito de transferir, de desenvolver o país, de inaugurar uma nova era, um mito, enfim, de construir a nação. Voltando ao discurso, nota-se, ainda, a expressão marco de uma nova era. JK não precisava (mais) insistir. A cada discurso, tem-se a impressão que o imaginário da fundação, já resgatado, faria sua parte, ou seja, despertaria no inconsciente do escritor ou do orador o desejo de construir, de recomeçar.

1959

Na abertura do ano parlamentar, JK envia uma mensagem ao Congresso Nacional, prestando contas de todas as obras que seu governo havia realizado em Brasília. Encontram-se, ainda, nessa mensagem dados sobre as obras rodoviárias e ferroviárias e sobre investimentos na área de produção de energia elétrica. Na introdução desta mensagem, encontramos a referência ao significado de Brasília:

A interiorização da Capital da República é etapa indispensável, senão a própria chave do desenvolvimento apto a transformar este arquipélago econômico, que um progresso desordenado criou no Brasil, em continente unido, interligado, sem os desníveis de riqueza, injustos e irremediáveis, que um dia poderão ameaçar a própria unidade nacional [...]. A clara consciência de nossa realidade econômica e geopolítica discerniu, em sua edificação, não apenas o cumprimento de um preceito da Lei Magna, mas um imperativo de sobrevivência, uma condição, para que o Brasil cumpra sua vocação unitária e não venha faltar ao seu destino de grande Nação¹¹.

Estes trechos traduzem perfeitamente tanto o sentimento de incompleição da nação quanto seu glorioso destino. Em meio a esta trajetória, a condição: Brasília. A interiorização é o instrumento, etapa indispensável capaz de transformar o arquipé-

lago econômico. O governo não estava apenas cumprindo um dispositivo constitucional – argumento tantas vezes evocado, mas aqui rebaixado a variável secundária – mas, trabalhando em direção a um imperativo de sobrevivência para alcançar o destino de *grande Nação*. O tom ufanista se mistura às tradicionais imagens do centro, da fundação etc.

1960

No dia 8 de abril, JK assina um decreto transformando o Palácio do Catete no Rio de Janeiro, sede do Executivo federal desde 1896, em Museu da República. No dia 19 de abril, em seu discurso de despedida da então sede da assembleia dos deputados da cidade do Rio de Janeiro, ainda capital do Brasil, JK afirma:

É com extraordinária emoção, senhores membros da Câmara do Distrito Federal, que, em nome do Brasil, inicio as minhas despedidas. [...] Esta despedida é, na realidade, menos uma despedida que um encontro. É o encontro do Brasil de sempre com o Brasil novo, representado por Brasília (Oliveira, 1974: 280).

Era o Brasil de sempre encontrando com o novo Brasil. Nesse momento de despedida, fonte inestimável de reflexões e sentimentos sobre aqueles que foram os últimos momentos da cidade do Rio de Janeiro como capital do Brasil, é interessante retornar às memórias do ex-presidente. Quando as portas da antiga capital começavam a ser fechadas, JK parecia se inebriar no vinho mítico da inauguração. Ao deixar o Palácio do Catete (há poucos dias transformado em Museu da República, embora com início das novas funções previstas para o dia 15 de novembro daquele ano de 1960), no dia 20 de abril em direção ao aeroporto, para apanhar o avião presidencial que o levaria definitivamente a Brasília, recorda:

Havia um ato que ainda desejava praticar, antes de tomar o carro que nos levaria ao aeroporto. Era assinalar, com um gesto, o

fim de uma era do Brasil. Dirigindo-me para a porta do palácio, peguei os dois portões de ferro da entrada e os puxei lentamente, e com solenidade, até que se fechassem. Naquele momento, o Catete deixaria de ser a sede do governo. Estava fechado simbolicamente. Dali em diante, a residência oficial do presidente da República seria o Palácio da Alvorada, em Brasília. Ao fechar aqueles pesados portões, eu o fiz com intensa emoção. O que fazia não era efetivamente cerrar a entrada de um palácio, mas virar uma página da história do Brasil. [...] Naquele momento, outro [período] se iniciava: a era da interiorização, da posse integral do território, do verdadeiro desenvolvimento nacional (Oliveira: 1974: 281).

A recordação da despedida da cidade do Rio de Janeiro fora carregada de simbolismo. Mas, as palavras escolhidas são velhas conhecidas. *Encontro, Brasil novo, fim de uma era, página virada da história*: JK acreditava realmente que após a inauguração de Brasília, o *Brasil de sempre* encontraria um novo país. JK não poderia ter sintetizado melhor o mito da nação que o acompanhara durante todo o período da construção. Os momentos que antecederam o 21 de abril foram, assim, simbolicamente percebidos e vividos. Para JK, seus objetivos haviam chegado ao fim. A civilização *litorânea* da cidade do Rio de Janeiro – dava lugar à *era da interiorização* – da cidade de Brasília. As imagens do centro, do recomeço e da fundação, da era que chegava ao final se misturam, aqui, aos gestos das *portas fechadas* e das *páginas viradas*. Nova era, novo Brasil: a narrativa do Mito da nação se encontra aí inteiramente descrita.

À GUIA DE CONCLUSÃO

A noção de mito sempre nos pareceu uma porta entreaberta para compreendermos uma realidade para a qual a sociologia (talvez mesmo as ciências sociais) ainda está(ão) relativamente

desaparelhada(s). Talvez, seja preciso dizer que, com a noção de mito, quisemos entender os sentimentos humanos em coletividade. Estes sentimentos de ausência e de progresso que parecem ainda atravessar a alma nacional, quando diante de uma realidade sempre julgada como movimento, como busca.

O projeto de transferência da capital e a cidade de Brasília foram, para JK, versões do mito da nação. A história da construção da nação brasileira aparentemente ali esteve por se concluir. Não é de se estranhar assim que, mesmo nos nossos dias, muitos continuem a representar Brasília sobre a base das questões de interiorização, de desenvolvimento, de soberania, de brasilidade. Mas, e quanto às promessas engendradas por Brasília? Verificou-se um povoamento do interior do país? A nação encontra-se, mesmo, construída e unificada? O fato de colocar nossos dirigentes nacionais no "coração da nacionalidade" modificou-lhes a maneira de enxergar o país? Eis aí muitas questões curiosamente abandonadas, após a inauguração da capital.

Se mensagem há em Brasília, se sentido há em Brasília, não se pode reduzi-los apenas às injunções sociais e econômicas. Um sentido transversal, simbólico pode, também, lhe ter sido fundamental. A busca do novo e do melhor e a coragem de imaginar e sonhar talvez sejam também a mensagem profunda de Brasília. Olhando do hoje para o ontem, um dos pioneiros, um carpinteiro, assim compreendeu os tempos da construção: "Era uma boa época porque a época que nós chegou era uma época de ilusão, né? A época da esperança" (Ribeiro *apud* Souza, 1983: 30).

Durante a construção da cidade de Brasília, anunciou-se a chegada de uma nova era, de um novo homem, no seio de uma nova nação. Mas, Brasília, no dizer de um homem simples, se revelou apenas eterna esperança ou ilusão de um mundo melhor, à imagem de todas as utopias que fizeram o Novo Mundo.

NOTAS

- 1 Fernand Braudel, historiador francês, é considerado o criador da noção de "longa duração".

2 Em alemão no original. Significa origem, causa, primária.

3 Queremos nos referir aqui às análises de cunho científico e/ou político cujo tema central gravitava em torno dos temas "realidade nacional", "questão nacional", "identidade nacional" ou "desenvolvimento nacional".

4 JK, in *Diário de Brasília* 1956-1957, Serviço de Documentação da Presidência da República, Rio de Janeiro: 1960, p.185.

5 *A Marcha para o Oeste*, de C. Ricardo, foi publicada originalmente em 1940. A terceira edição do livro foi publicada em 1959. Nesta ocasião, o autor concedeu uma entrevista apoiando o projeto de JK.

6 JK, in *Revista Brasília*, Rio de Janeiro: Publicação da NOVACAP, nº 5 (mai/57), p. 1.

7 JK, in *Revista Brasília*, Rio de Janeiro: Publicação da NOVACAP, nº 10 (out/57), p. 10.

8 JK, in *Coleção Brasília. Diário 1958*, Serviço de Documentação da Presidência da República, Rio de Janeiro: 1960, p. 14-15.

9 Id. *Ibidem*, p. 22-23.

10 JK, in *Revista Brasília*, Rio de Janeiro: Publicação da NOVACAP, nº 14 (fev/58), p. 20.

11 JK, in *Diário de Brasília*, 1959, Serviço de Documentação da Presidência da República, Rio de Janeiro: 1960, p. 48/49.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Francisco A. (1988). *Juscelino Kubitschek: uma revisão na política brasileira, da chegada de João Alemão à Revolução de 1932*. Rio de Janeiro: Guanabara.

BARTHES, Roland (1957). *Mythologies*. Paris: Ed du Seuil.

BOJUNGA, Cláudio (2001). *JK, o artista do impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva.

CARNEIRO, Maria C. R. e SILVA, Hélio (1983). *Os Presidentes. JK, 19 Presidentes do Brasil*. São Paulo: Grupo de Comunicação Três.

COUTO, Ronaldo C. (2001). *Brasília Kubitschek de Oliveira*. Brasília: Rio de Janeiro/São Paulo: Record.

DUMÉZIL, Georges (1987). *Du mythe au roman*, 3ª edição. Paris: PUF.

DURAND, Gilbert (1979). *Figures mythiques et visage de l'oeuvre*. Paris: Berg International.

_____. (1996). *Introduction à la mythologie*. Paris: Albin Michel.

_____. (1984). *Les structures anthropologiques de l'imaginaire*, 10ª edição. Paris: Dunod.

ELIADE, Mircea (1986). *Aspectos do mito*. Lisboa: Edições 70.

_____. (1987). *Histoire des croyances et des idées religieuses*. Paris: Payot, 3 volumes.

_____. (1969). *Le mythe de l'éternel retour*. Paris: Gallimard.

- _____. (1957). *Mythes, rêves et mystères*. Paris: Gallimard.
- GIRARDET, Raoul. (1986). *Mythes et mythologies politiques*. Paris: Du Seuil.
- GRIMAL, Pierre (1983). *A mitologia grega*, 2ª edição. São Paulo: Brasiliense.
- HAMILTON, Edith (1978). *La mythologie*. Paris: Marabout.
- OLIVEIRA, Juscelino K. (1976). *Meu caminho para Brasília*, Rio de Janeiro: Bloch Editores, 3 tomos.
- _____. (1974). *Por que construí Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores.
- LÉVI-STRAUSS, Claude (1958). *Anthropologie structurale*. Paris: Plon.
- _____. (1963). *Anthropologie structurale deux*. Paris: Plon.
- _____. (1964). *Mythologiques. Le cru et le cuit*. Paris: Plon.
- _____. (1967). *Mythologiques. Du miel aux cendres*. Paris: Plon.
- _____. (1968). *Mythologiques. L'origine de manières de table*. Paris: Plon.
- LOPES, Luís. C. (1996). *Brasília, o enigma da esfinge*. Porto Alegre/São Leopoldo: EdUFRGS/Ed. UNISINOS.
- NIEMEYER, Oscar (1961). *Minha experiência em Brasília*, Rio de Janeiro: Ed. Vitória.
- OLIVEIRA, Márcio de (2005). *Brasília: o mito na trajetória da nação*. Brasília: Paralelo 15.
- _____. (1993). *Étude sur l'imaginaire brésilien: le mythe de la nation et la ville de Brasília*. Paris, 712 p. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Paris V, França.
- _____. (1997). "Pensamento social brasileiro em perspectiva: três a(u)tores em cena", *Comunicação & Política*, 3: 129-140.
- _____. (1994). "Une mise en perspective historique du Mythe de la nation". *Cahiers du Brésil Contemporain*, 23/24: p. 129-143.
- PEDROSA, Mário (1981). *Dos murais de Portinari aos espaços de Brasília*. Organização Aracy A. Amaral, São Paulo: Perspectiva.
- REVISTA BRASÍLIA. Rio de Janeiro: Publicação da NOVACAP.
- SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. (1960), *Diário de Brasília*, 1958, Rio de Janeiro.
- _____. (1960). *Diário de Brasília*, 1959, Rio de Janeiro.
- SILVA, Ernesto (1987). *Depoimentos - Programa de história oral*, Brasília: ArPDF.
- SIMÕES, Joseane G. (2002). *Sirênico canto. Juscelino Kubitschek e a construção de uma imagem*. Belo Horizonte: Autêntica.
- SODRÉ, Néelson W. (1978). *Oscar Niemeyer*. Rio de Janeiro: Graal.
- SOUZA, Nair H. B. de (1983). *Construtores de Brasília. Estudo de operários e sua participação política*. Petrópolis: Vozes.
- TODOROV, Tzevan (1982). *La conquête de l'amérique. La question de l'autre*. Paris: Editions du Seuil.
- VERNANT, Jean-Pierre (1974). *Mythe et société en Grèce ancienne*. Paris: La Découverte, 1974.